CONHECER PARA PERTENCER: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A (RE)DEFINIÇÃO DA FORMAÇÃO MÉDICA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Luana Matias Silva (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Lorena Mota Catabriga (co-orientadora), Gina Bressan Schiavon (Orientadora). E-mail: ra140149@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Centro de Ciências da Saúde/Medicina

Palavras-chave: Ensino Médico; Identidade; Currículo; Extensão.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar como as escolas médicas das universidades estaduais do Paraná, Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vêm incorporando a extensão em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e demais documentos institucionais e de que maneira a curricularização da extensão impacta a identidade profissional do futuro médico. Caracterizada como pesquisa qualitativa, utilizou de uma revisão bibliográfica e uma análise documental. Para a análise documental, serão adotados os Projetos Pedagógicos e os Regulamentos de Extensão dos cursos. Para a revisão integrativa serão pesquisas nas bases Pubmed, LILACS, SciELO tendo como termos de busca “educação médica” AND “extensão” AND formação humanizada. Os dados foram analisados por meio da categorização temática. Como resultados, identificou-se os desafios e as potencialidades da implementação da Curricularização da Extensão para o Ensino Médico, bem como as abordagens predominantes e os impactos para a formação da identidade profissional. Conclui-se, a partir das análises, a extensão como possibilidade de articulação das atividades extensionistas para/com o Ensino Médico enquanto um campo de pertencimento e de formação ética, crítica e socialmente comprometida, que supera os muros da universidade, pautando sua ação em uma formação humana e integral.

INTRODUÇÃO

A formação médica no Brasil tem sido objeto de intensas reformulações desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), marco normativo que inaugurou uma nova concepção de saúde pública baseada na universalidade, integralidade e equidade. Tais princípios foram operacionalizados com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que, por sua vez, exigiu mudanças estruturais nas diretrizes curriculares dos cursos da área da saúde, notadamente na medicina. Um

dos desdobramentos dessas transformações é a chamada curricularização da extensão universitária regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018.
Conforme Masson (2024), a curricularização da extensão propicia não apenas o estreitamento das relações entre universidade e comunidade, mas também interfere diretamente na constituição da identidade profissional médica, à medida que desloca o centro da formação para experiências de caráter dialógico, contextualizado e transformador.
Partindo deste contexto, o presente projeto busca responder a seguinte inquietação: De que forma as universidades estaduais do Paraná têm implementado a curricularização da extensão em seus cursos de Medicina, e quais são os impactos desse processo na construção da identidade profissional dos futuros médicos? Para tanto, objetivou-se pesquisa analisar como as escolas médicas das universidades estaduais do Paraná, Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vêm incorporando a extensão em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e demais documentos institucionais e de que maneira a curricularização da extensão impacta a identidade profissional do futuro médico.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa descritiva, fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético. A opção por essa abordagem metodológica visa compreender os processos de curricularização da extensão nos cursos de Medicina das universidades estaduais do Paraná, tratando-os como fenômenos históricos e sociais, que estão em constante transformação e são influenciados por contextos sociais, culturais, políticos e econômicos específicos.
A pesquisa foi conduzida por meio da análise documental, uma vez que os documentos são considerados vestígios do passado, que, ao serem analisados, permitem a compreensão dos processos históricos e das decisões institucionais que impactam a formação dos futuros médicos (Cellard, 2008). A análise foi centrada em documentos primários das instituições selecionadas, incluindo: Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) atualizados dos cursos de Medicina das Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG) e Oeste do Paraná (UNIOESTE).
Os documentos foram analisados para identificar como a extensão foi integrada ao currículo e como as atividades extensionistas estão sendo aplicadas na prática; abrangendo: Resoluções internas das universidades, que regulamentam a inclusão da extensão nos cursos de Medicina, detalhando as diretrizes para sua implementação e os desafios enfrentados pelas instituições; Diretrizes curriculares nacionais e documentos normativos, como a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as orientações sobre a curricularização da extensão, exigindo que pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades extensionistas. A análise foi guiada pelos pressupostos da análise de conteúdo,

conforme os métodos propostos por Bardin (2011), articulada à abordagem histórico-dialética.
A análise de conteúdo permitiu a interpretação das práticas curriculares e institucionais, identificando como a curricularização da extensão é compreendida e aplicada pelas universidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram alcançados a partir das análises dos seguintes PPCs: UEM, UEL, Unioeste e UEPG.
A Universidade Estadual de Maringá (UEM) consta, no Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, 949 horas para atividade extensionista (10% da carga horária total), sendo que 824 dessas horas estão inclusas em disciplinas extensionistas. As 125 horas restantes abrangem projetos, cursos, programas, eventos e outras atividades. O intuito da implementação da extensão no PPC diz respeito ao caráter educativo, social, cultural, científico e inovador dessas atividades, bem como ao cunho multidisciplinar presente nessa abordagem, voltado para intervenções diretas na comunidade extra-acadêmica.
A Universidade Estadual de Londrina (UEL), em seu PPC, institui 880 horas para atividades extensionistas (10% da carga horária total), em que 50% estão previstos pelo Colegiado do Curso e será cumprido durante o Internato, e as demais são “livres” para serem efetivadas durante os ciclos Clínico e Básico. A finalidade da curricularização da extensão, nessa instituição de ensino, é instigar aos discentes responsabilidade social, com a melhoria da assistência à saúde de toda a população.
No PPC da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), são reservadas à extensão 796 horas (aproximadamente 10,03% da carga horária total), sendo efetivadas por intermédio de 15 atividades previstas nas disciplinas ofertadas. Além disso, os alunos ainda podem participar de projetos de extensão que extrapolem tais atividades premeditadas, mediante não sobreposição da extensão curricularizada.
O PPC da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) prediz 790 horas de extensão (aproximadamente 10% da carga horária total), sendo em sua completude abrangidas em disciplinas. O intuito extensionista referido no Projeto Pedagógico está relacionado a uma possível transformação da realidade local (pela intervenção universitária), bem como a comunicação entre a comunidade científica, cultural e local. A escola médica em questão ainda propõe que as atividades extensionistas realizadas pelos discentes devem ser apresentadas por eles, anualmente, em encontros e feiras da universidade, trazendo saberes externos ao meio acadêmico.

CONCLUSÕES

A partir dos achados da pesquisa, conclui-se que a extensão é realizada de acordo com as normativas, entretanto não evidenciou práticas extensionistas inovatórias.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à UEM, à Fundação Araucária, à minha orientadora, à minha co-orientadora e ao LIPPS.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P**. Educational psychology: a cognitive view**. Nova York: Holt, Rienehart and Winston, 1968. 12 º X BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

MASSON, G. B. S. **Curricularização da extensão e o processo formativo do futuro médico: constituintes identitários e suas interconexões**. 2024. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

SHULMAN, L. S. **Signature pedagogies in the professions**. Dædalus: Journal of the American Academy of Arts & Sciences, Cambridge, MA, v. 134, n. 3, p. 52-59, Summer 2005.